
10. SOMOS TODAS VERÔNICA? VIOLÊNCIA POLICIAL, ENQUADRAMENTO E COMOÇÃO

Marcio Zamboni¹

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar à luz do aparato conceitual desenvolvido por Judith Butler na obra *Frames of War* (2015[2009]) os enquadramentos dos episódios de violência envolvidos no aprisionamento da travesti Verônica Bolina em abril de 2015 e a comoção que esse evento gerou através das redes sociais nas semanas que o sucederam. Antes de mais nada, devo descrever em linhas gerais o conflito que deu origem à mobilização que teve como mote a expressão “Somos Todas Verônica” e argumentar porque se trata de um caso especialmente rico para pensar o rendimento analítico e os desafios teóricos colocados por esses conceitos.

Os episódios de violência dos quais Verônica foi ao mesmo tempo protagonista e vítima são, em si, complexos e controversos. Não procuro aqui depurar os fatos por trás das múltiplas perspectivas e interpretações oferecidas pelos diversos atores envolvidos - como seria, talvez, o objetivo ideal dos agentes do direito penal engajados no processo. Quero entender justamente como a violência pode ser enquadrada de várias formas, e que efeitos cada um desses enquadramentos pode ter tanto para o caso em foco como para outros casos que são dele aproximados.

Alguns dias depois do evento, uma determinada narrativa se consolidou na forma de uma sucessão factual de acontecimentos - embora as interpretações sobre as causas, os significados e as implicações políticas das ações e do conflito continuem variando imensamente. Para elaborar a descrição que se segue, tomarei como base sobretudo os

¹ Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. marciobz@gmail.com.

relatórios elaborados pelo CONDEPE-SP (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana) e pelo Centro de Cidadania LGBT - Arouche.

Na madrugada do dia 10 (sexta-feira) para o dia 11 (sábado) de abril de 2015 a travesti Verônica Bolina teve uma discussão com uma amiga sua, transexual, em seu apartamento na Bela Vista, região central da cidade de São Paulo. O barulho incomodou sua vizinha, uma mulher idosa, e esta foi até o apartamento para reclamar. Uma nova discussão teve início, culminando na troca de agressões (verbais e físicas) entre as duas. A polícia foi chamada para colocar fim ao conflito: a senhora, com ferimentos considerados graves, foi levada ao hospital e Verônica foi detida pelos policiais. Tendo resistido à prisão, foi espancada a caminho da 78º Distrito Policial, nos Jardins. Assinou, nesta Delegacia, um Boletim de Ocorrência na qual era acusada de ser pega em flagrante cometendo tentativa de homicídio. Em seguida, Verônica foi transferida para a carceragem do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro - e afirma ter sido espancada pela segunda vez neste percurso.

Durante a noite, Verônica teve uma série de conflitos com os outros 11 presos provisórios (todos homens) com os quais compartilhava a cela. Pela manhã, um agente penitenciário pediu para os demais presos se retirarem e ficou a sós com ela na cela - tendo a atacado com socos, chutes e xingamentos. Resistindo a essa agressão, Verônica conseguiu arrancar com uma mordida parte da orelha do carcereiro - mantendo em sua boca o pedaço extraído. Ela foi então levada ao pátio onde, com a ajuda de outros policiais e agentes, sofreu novas agressões. Além de novos socos, chutes e xingamentos, Verônica teve as roupas arrancadas e teve seu ânus violado com um cabo de vassoura. Parte dessas agressões foi fotografada informalmente por agentes e policiais. A travesti foi levada ao hospital, onde recebeu outros tipos de maus tratos, e voltou à carceragem da mesma delegacia no dia seguinte - recebendo um novo processo, dessa vez por lesão corporal grave, devido à briga com o carcereiro. No início da semana, foi transferida para um Centro de Detenção Provisória na Capital paulistana.

O caso só se tornaria público alguns dias depois devido ao vazamento das imagens produzidas pelos agentes e policiais. O que primeiro chamou atenção nesse caso não foi, no entanto, a brutalidade da violência sofrida por Verônica - mas a peculiaridade da mutilação sofrida pelo carcereiro (ter a orelha arrancada por uma travesti). A primeira notícia em um portal de maior visibilidade na internet (o G1, do grupo O Globo) só foi publicada na segunda-feira, dia 13, e teria como manchete justamente: “Preso arranca orelha de carcereiro

em SP e fotos circulam na internet”. Verônica só ganharia o centro do debate quando os ativistas LGBT começaram a questionar o uso do masculino para se referir a uma travesti pelos jornalistas do G1 e depois quando foram divulgadas, nas redes sociais, fotos dela “antes e depois” das agressões da polícia.

Duas características desse caso o tornam particularmente rico para essa reflexão sobre violência, enquadramento e comoção. Em primeiro lugar seu caráter profundamente controverso e, portanto, sujeita a interpretações contrastantes. Estamos falando de um trama complexa, na qual os atores não se encaixam confortavelmente nas posições de vítimas ou algozes, e de uma opinião pública polarizada. Em segundo, o lugar central que as imagens (tanto do carcereiro quanto de Verônica) ocuparam em todo o processo. Em um país em que a violência policial é rotineira e naturalizada (sendo de forma geral recebida com indiferença ou mesmo entusiasmo por grande parte da opinião pública), foi em grande parte devido à força do registro visual dessas atividades que a comoção pode ser produzida e politicamente mobilizada.

1. Quadros de Guerra

Esta seletividade da atenção pública no que se refere à percepção de certos tipos de violência como “normais” e “aceitáveis” ou como “graves” e “inaceitáveis” é o que quero analisar. E para isso os conceitos de *enquadramento* e *comoção* desenvolvidos por Judith Butler me parecem particularmente úteis. Estamos falando, em seus termos, de “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015, p. 13). Esse enquadramento seletivo está diretamente relacionado com o processo por meio do qual determinadas vidas são reconhecidas como dignas de proteção em detrimento de outras.

A palavra *enquadramento* aparece na edição brasileira (2015) da obra *Frames of War* (2009) como uma tradução possível do termo *frame*. O jogo de palavras feito pela autora no texto original, destrinchando os múltiplas acepções que a expressão *to be framed* possui na língua inglesa, foi reproduzido com alguma precisão pelos tradutores - o que foi possível devido à existência de sentidos semelhantes para essas palavras nas duas línguas. Devo enfatizar, no entanto, algumas divergências significativas que foram relevadas pelos tradutores mas que são fundamentais para a análise que proponho.

O primeiro sentido de enquadramento seria o de *emolduramento*, ou seja, as “maneiras de intervir ou ampliar a imagem” através da edição dos seus limites (o que fica “dentro” ou “fora” da moldura) e de sua inserção em um determinado contexto. Esse sentido teria ressonância com um segundo, que seria o de *incriminação* de alguém pela polícia. A expressão em inglês nesse contexto é mais próxima do sentido de *armação* em português, ou seja, “cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas” (BUTLER, 2015, p. 23). Em ambos os casos, está em jogo o direcionamento implícito da interpretação sobre aquilo que está enquadrado, ou seja, uma “determinada maneira de organizar a ação que leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação” (Idem).

Em português, *ser enquadrado* tem um sentido um pouco diferente - mas que também faz sentido nesse contexto. *Tomar um enquadrado da polícia* significa, sobretudo, receber uma espécie de aviso de que se está *na mira*, de que algo mais grave pode acontecer em uma próxima abordagem. Trata-se de uma afirmação, mais ou menos direta ou violenta, de que alguém está sujeito à autoridade policial e que deve mudar seu comportamento para evitar problemas. De uma forma ou de outra, está em jogo o poder de controlar como as ações de determinados sujeitos serão interpretadas e que consequências isso terá para ele.

Em sua reflexão sobre a Guerra do Iraque, Butler enfatiza justamente a necessidade de se refletir sobre as representações do conflito nos meios de comunicação. Ou seja, as formas como o conflito é enquadrado são fundamentais para garantir sua legitimidade e, portanto, sua viabilidade política. Parte da tarefa da esquerda, portanto, seria resistir aos enquadramentos impostos por forças conservadoras e imaginar novas possibilidades de apresentar os problemas para o grande público, produzindo outras formas de engajamento ético e afetivo.

Duas operações são particularmente importantes nesse movimento. A primeira delas é o que Butler chama, inspirada pelo cinema de Ttinh Minh-ha, da possibilidade de *enquadrar o enquadramento* e, portanto, *enquadrar o enquadrador*. Trata-se de um exercício reflexivo de questionar a moldura e de mostrar que “ela nunca conteve de fato a cena que se propunha e ilustrar, que já havia algo fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível” (BUTLER, 2015, p. 24). Essa torção é possível porque todo enquadramento “rompe invariavelmente consigo mesmo quando se move através do tempo e do espaço” (Idem, p. 25). Ou seja, para que circule amplamente e produza efeitos de larga escala um enquadramento precisa romper com o contexto no qual foi produzido e desta maneira cria as

fissuras que permitem questioná-lo. Trata-se de um processo de reiteração precário que, ao se alongar através do tempo e do espaço, cria possibilidades de resistência e transformação.

A segunda operação é, portanto, criar novos enquadramentos. Trata-se de uma “uma luta no âmbito das aparências e dos sentidos, buscando a melhor forma de organizar a mídia a fim de superar as maneiras diferenciadas através das quais [...] uma vida é considerada como valorada ou, simplesmente, como uma vida a ser vivida” (BUTLER, 2015, p. 255). Esses novos enquadramentos devem ser capazes de mostrar, sobretudo, que outras vidas também tem valor - que estão expostas aos mesmos desafios (ou até desafios maiores) que as nossas e são, portanto, igualmente dignas de proteção e amparo.

A argumentação, a seguir, está organizada em três partes. Na primeira delas devo apresentar o primeiro enquadramento dado ao caso de Verônica pela imprensa, que tem como núcleo a seguinte narrativa: “carcereiro é mutilado por travesti”. O agente penitenciário é entendido como vítima, a travesti (tratada em geral no masculino) como agressora e a violência policial não está em questão. Em seguida, devo analisar os enquadramentos promovidos nas redes sociais por militantes LGBT e ativistas de Direitos Humanos, que sugerem uma outra narrativa: “travesti é desfigurada pela polícia”. A travesti é colocada como vítima, a polícia como agressora e a violência policial (transfóbica e racista) está no centro. Por fim, como uma espécie de conclusão, devo refletir sobre questão da agência nesse caso - atentando para as estratégias às quais alguns atores centrais da trama recorreram e como buscaram mobilizar (ou não) os enquadramentos disponíveis sobre o conflito.

2. Primeiro Enquadramento

Conforme disse há pouco, a primeira notícia sobre o caso de Verônica Bolina em um endereço de maior visibilidade na internet foi publicada pelo portal de notícias G1 em uma segunda feira, dia 13 de abril, dois dias depois do ocorrido. A matéria começa da seguinte maneira:

Preso arranca orelha de carcereiro em SP e fotos circulam na internet

Um preso mordeu e arrancou parte da orelha de um carcereiro em uma delegacia na região central de São Paulo neste domingo (12). De acordo com policiais civis ouvidos pelo G1, um travesti atacou o agente de segurança quando era transferido de

uma cela para outra na carceragem do 2º Distrito Policial (DP), no bairro do Bom Retiro.²

A matéria continua descrevendo em linhas gerais o conflito que levou à prisão, os detalhes da briga entre o agente penitenciário e a travesti, os cuidados recebidos pelo primeiro depois da mutilação e os processos pelos quais a segunda teria de responder (tentativa de homicídio e lesão corporal grave). Nenhuma referência é feita a eventuais agressões que a travesti tenha sofrido. O texto chega a se referir ao carcereiro como “vítima ferida” e à travesti como “o agressor”. Além disso, a travesti é invariavelmente referida no masculino - sendo chamada a princípio de “o preso” e depois de “um travesti”.

É importante notar que as únicas fontes consultadas para a elaboração da matéria são policiais civis e agentes penitenciários. A Secretaria de Segurança Pública foi contatada mas não comentou o ocorrido. A matéria faz, além disso, referência a três imagens que estariam circulando pelas redes sociais (facebook e whatsapp), e que presumivelmente despertaram interesse pelo caso. As fotos representariam: “o carcereiro sem a parte superior da orelha direita; a orelha arrancada num copo; e o preso detido por policiais”. A matéria divulga apenas uma foto, que supomos ser a primeira (imagem 1, à esquerda) e apresenta a seguinte legenda: “Carcereiro que teve pedaço da orelha arrancada”. A terceira é possivelmente uma das imagens nas quais Verônica aparece brutalmente desfigurada, mas nenhuma referência é feita a seu estado.

Percorrendo outras notícias sobre o caso, notadamente a matéria publicada pelo jornal Agora no dia seguinte (imagem 1, à direita), percebemos que a imagem presente na matéria do G1 representa apenas um fragmento da imagem que circulava pelas redes sociais. Na notícia intitulada “Travesti arrancou orelha de carcereiro após humilhação”, o Agora apresentou outra versão da mesma foto - com a região da orelha desfocada, mas mostrando o rosto de perfil do carcereiro. Este, para a surpresa de muitos, parece estar sorrindo, como que se divertindo com a situação.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/preso-arranca-orelha-de-carcereiro-em-sp-e-fotos-circulam-na-internet.html>



Imagem 1: fotos publicadas pelo portal de notícias G1 (esquerda) e pelo jornal Agora (direita).

Trata-se, podemos dizer, de um exemplo bastante literal do que temos chamado de *enquadramento* no sentido da edição intencional do que fica *dentro* ou *fora* de uma determinada imagem e dos efeitos que essas escolhas tem na indução de uma determinada interpretação. A expressão facial do carcereiro seria um ruído para a compreensão de que ele seria simplesmente a vítima inocente (que estava apenas “fazendo o seu trabalho”) de uma travesti particularmente agressiva. Assim como poderia ser incômoda para a narrativa a imagem de Verônica desfigurada e não apenas “detida por policiais”. O vínculo entre as duas imagens (o carcereiro sorridente e a travesti espancada), que circularam juntas em grande parte das vezes, sugere outras narrativas.

A compreensão da agressividade da travesti como algo injustificado, fora de controle, ou mesmo animalesco é um dos elementos desse enquadramento. Na matéria do G1, é feita referência ao fato de que “quando mordeu a orelha do agente de segurança, o preso ficou com a parte que arrancou dentro da boca e só liberou depois de cerca uma hora, disseram os agentes”. Neste contexto, essa informação parece sugerir apenas uma truculência extraordinária por parte da travesti. Em outro contexto, a mesma atitude foi mobilizada justamente como uma prova de que ela estava apanhando: manter o pedaço da orelha na boca seria uma estratégia de dissuadir os agentes a cessarem o espancamento, já que mastigando ou engolindo o mesmo ela inviabilizaria um reimplante.

A imagem de uma travesti agressiva e descontrolada aparece de forma ainda mais enfática em uma matéria publicada pelo jornal carioca *Meia Hora*, no dia seguinte (14 de abril). Classificado como um “jornal popular”, o *Meia Hora* é conhecido por manchetes infames (com metáforas sexuais, humor negro e trocadilhos vulgares) e pelo tom

sensacionalista. Com tintas mais fortes, reproduz ao mesmo tempo em que exacerba o enquadramento proposto pelo *GI*. Ao que tudo indica, inclusive, a matéria mencionada do *GI* foi a única fonte para o texto - que começa da seguinte maneira:

Travesti tem dia de Mike Tyson: preso arranca pedaço da orelha de carcereiro

Num ataque de fúria, travesti arrancou com uma dentada parte da orelha de agente carcerário logo após ser preso, em São Paulo. Ele havia sido levado ao 2º Distrito Policial, no bairro do Bom Retiro, por agredir uma idosa. Por este crime, ele deve responder por tentativa de homicídio. Já pela agressão à la Mike Tyson, acabou autuado por lesão corporal grave.

De acordo com os policiais civis, o traveco bolado ficou com parte que arrancou da orelha dentro da boca por cerca de uma hora. Só faltou mastigar!

Antes de mais nada, chama a atenção a comparação com Mike Tyson, boxeador negro norte-americano - que se tornou manchete no mundo inteiro ao morder e arrancar um pedaço de seu rival, Evander Holyfield, durante uma luta. O gesto de Tyson foi universalmente condenado, sendo considerado expressão de seu desequilíbrio mental e do início da decadência de sua carreira. O despropósito de sua atitude teria a ver justamente com o fato de ele ter quebrado as regras de uma luta “limpa” ou “justa”, ter “perdido a esportiva” de maneira irracional. A comparação, nesse sentido, tem um efeito geral de deslegitimar a travesti em duas dimensões: associa uma masculinizada exacerbada e racializada para um sujeito que se entende como feminino e apresenta sua agressividade como irracional e desproporcional.

A masculinidade frequentemente atribuída ao corpo de travestis, em particular das negras (como é o caso de Verônica) não deixa de ser outra questão complexa. Verônica trabalhava como modelo, como atriz pornográfica e como prostituta. Nos sites de vídeos pornográficos e de acompanhantes em que constam seu nome, são frequentes as referências positivas a atributos masculinos exacerbados em seu corpo: estatura elevada, músculos definidos, força física, pênis avantajado, performance sexual agressiva. O vídeo de sexo explícito associado ao seu nome com o maior número de visualizações, por exemplo, se chama “*Veronica Bolina Shemale Bodybuilder Dominates a Guy and Fucks His Brains Out*”. Outras expressões frequentemente associadas a ela são “Black”, “Ebony”, “Hardbody”, “Big Booty”, “Latina”, “Brazilian” e “Muscle”. Vemos a produção de uma certa identidade travesti racializada que é ao mesmo tempo profundamente erotizada e exotizada - e da qual fazem parte atributos masculinos exacerbados.

Os atributos masculinos de Verônica não são, portanto, algo completamente estranho à sua vida antes da prisão. Nem são elementos necessariamente desvalorizados de sua identidade - por mais que possamos problematizar a margem de agência que ela possui nesse caso. O próprio sobrenome escolhido por Verônica (Bolina) remete ao universo das academias e do *Body Building*. Trata-se de uma referência a Dani Bolina - modelo e dançarina que se tornou referência no universo do *fitness* por ser uma mulher cisgênero com a musculatura particularmente definida. Na forma como se encontra na matéria do meia hora, no entanto, essa masculinidade aparece de maneira decididamente negativa - como agressividade e descontrole, uma espécie de sátira do poder viril. A expressão *traveco bolado* sintetiza essa perspectiva depreciativa. Trata-se portanto de uma espécie de enquadramento de sua identidade de gênero. Como veremos na sessão a seguir, essa mesma masculinidade pode ser mobilizada de maneira positiva, como signo de luta e resistência.

Este primeiro enquadramento é, com suas pequenas variações, a compreensão hegemônica feita pela grande imprensa do conflito desencadeado a partir do aprisionamento de Verônica. O corpo e a identidade da travesti estão literalmente fora do cenário (ela não tem nome e nada se sabe sobre ela além do fato dela ter agredido duas pessoas), e por isso mesmo não se faz nenhuma menção ao seu estado depois do conflito - só importam o dano que ela fez ao corpo do carcereiro e à senhora e os processos aos quais responde. Trata-se de uma exclusão deliberada, já que é extremamente improvável que os jornalistas não tenham visto as imagens da travesti desfigurada nas mãos da polícia.

A violência policial está fora do enquadramento porque o corpo na qual ela foi inscrita está também fora da moldura. Ela permanece, assim, naturalizada. Não é notícia. Notícia é a mutilação peculiar (para alguns bizarra ou mesmo cômica) sofrida pelo agente penitenciário. Ao enfatizar a singularidade do caso, e torná-lo uma história sensacionalista, esse enquadramento deixa de falar da brutalidade cotidiana da violência policial.

Como todo enquadramento, no entanto, esse modo de contar a história é fundamentalmente incompleto e falível. Ao fazer circular uma das imagens, ao mencionar a existência de outras imagens e ao enquadrar uma travesti por um crime, ele acabou por chamar a atenção para um caso que teria tudo para permanecer invisível - como em geral são a maior parte dos casos de violência policial (inclusive contra travestis). Paradoxalmente, ao falar sobre a agressividade de uma travesti, a imprensa dispararia uma mobilização sem

precedentes em torno do tratamento truculento e desumano desferido contra travestis e transexuais por forças policiais.

3. Segundo Enquadramento

A primeira reação contra a matéria publicada pelo G1 era direcionada aos próprios jornalistas e editores do portal. Dizia respeito sobretudo à resistência destes em respeitar a identidade de gênero da travesti. Muitos militantes LGBT, em particular travestis e transexuais, compartilharam a matéria criticando sua redação desrespeitosa. Durante a manhã e o início da tarde do dia 13 de abril, as críticas giravam basicamente em torno desta primeira matéria.

A repercussão da notícia aumentaria o interesse pelo caso e algumas horas depois esses ativistas encontraram as fotos da travesti desfigurada. Ao que tudo indica, as fotos foram compartilhadas pelos próprios policiais e agentes que as tiraram juntamente com a foto do carcereiro mutilado. A idéia seria mostrar que a travesti não tinha escapado ilesa depois do ataque. O sorriso do carcereiro bem como a despreocupação em circular fotos que registram os efeitos da violência sugerem que havia uma intenção jocosa nessa divulgação. Os primeiros receptores eram provavelmente outros policiais e agentes penitenciários, mas as imagens *vazaram* (ou, como se diz na gíria da internet, *viralizaram*) até chegar nas mãos de jornalistas, militantes LGBT e pessoas engajadas na causa dos Direitos Humanos.

Os primeiros *posts* amplamente compartilhados através das redes sociais (especialmente pelo Facebook, mas também pelo Whatsapp) traziam as fotos da travesti desfigurada e denunciavam a violência policial da qual ela havia sido vítima. Não havia ainda menção ao seu nome ou fotos suas antes da prisão. As duas primeiras imagens a circular foram tiradas no pátio e no estacionamento do 2º DP (imagem 2) e mostram a travesti com a roupa rasgada e parcialmente despida, descalça e com os pés algemados. Em uma delas a vemos deitada no chão com uma nádega exposta e na outra com o rosto desfigurado e os seios expostos.

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:



Imagem 2: Fotografias de Verônica tiradas por policiais e agentes penitenciários no 2º Distrito Policial

Através de redes de ativistas travestis e transexuais, Verônica foi finalmente identificada e foram mobilizados diversos grupos de defesa dos Direitos Humanos. A partir de então foram encontradas fotos de Verônica antes da prisão e proliferaram as montagens que comparavam o “antes” e o “depois” da violência policial. A exuberância das formas corporais de Verônica e a atitude radiante que ela expressava nessas fotos dava particular intensidade ao contraste. Muitas dessas montagens incluíam também textos ou frases de efeito contextualizando as imagens, denunciando a brutalidade da polícia e invocando a necessidade de ação política (imagem 3).



Imagem 3: Montagem amplamente compartilhada no facebook mostra Verônica “antes” e “depois” de sofrer com a violência policial

Ainda no dia 13 de abril, duas produções discursivas foram fundamentais para consolidar um segundo enquadramento para o caso de Verônica: uma charge do cartunista Vitor Teixeira (VitorT) mostrando a travesti “antes” e “depois” da agressão em uma única figura (imagem 4) e a *hashtag* “Somos todas Verônica” (#somentodasveronica). É difícil saber exatamente quem criou a *hashtag*, mas ela foi rapidamente difundida e associada à charge - que se tornou a imagem mais icônica da mobilização. Vitor Teixeira já era reconhecido como um cartunista engajado com causas políticas entendidas como de esquerda no Brasil (como a desigualdade econômica, o encarceramento em massa e a própria violência policial), de forma que sua charge circulou amplamente entre diversas redes de ativistas, estudantes universitários e intelectuais. Em algum momento a *hashtag* foi adicionada na parte superior da charge, de forma que a imagem e o texto ficaram cada vez mais associados.



Imagem 4: Charge do cartunista Vitor Teixeira, que se tornou icônica na mobilização “Somos Todas Verônica”

A partir de então, é possível ver ao mesmo tempo uma ampla profusão de posts sobre o caso e uma sintonia cada vez maior entre os mesmos - tanto no que se refere à interpretação que ofereciam sobre o caso (centrada na violência policial) quanto em relação à forma de atuação política que ele demandava (defesa dos direitos humanos e combate à transfobia e ao racismo). Na manhã do dia 14, foi criada a página “Somos Todas Verônica” no *facebook*, tendo como foto de perfil a charge de Vitor Teixeira. Esta página passou a centralizar grande parte da mobilização, compartilhando os principais *posts* e matérias que saíram sobre o caso a partir de então - além de peças visuais produzidas por ativistas e artistas do Brasil inteiro (imagem 5). Em pouco tempo, já contava com mais de 15 mil seguidores.

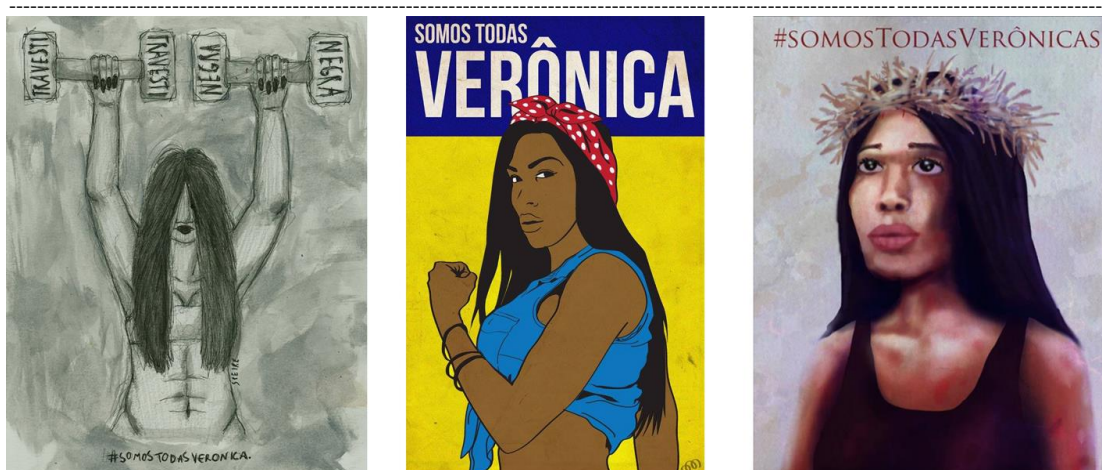


Imagem 5: Algumas das peças artísticas compartilhadas pela página “Somos todas Verônica”

Ao longo desta primeira semana com particular força e nas semanas seguintes com intensidade um pouco menor (com picos em momentos críticos, como paradas do orgulho e outros atos do movimento LGBT), a mobilização em torno do caso teve uma amplitude impressionante. A pressão para que os policiais e agentes penitenciários fossem responsabilizados foi grande, tendo contado com o engajamento de diversos atores dentro de estado (especialmente na Defensoria Pública) e de grupos de defesa dos Direitos Humanos (especialmente os protagonizados por travestis e transexuais). Uma série de matérias e artigos foram escritos em diversos blogs, portais e canais de notícias - embora nenhum deles tivesse a mesma visibilidade do G1.

Pensemos agora nesta expressão “Somos Todas Verônica” e neste novo enquadramento que ela representa: em que contexto ele insere a violência policial e o que fica do lado de fora da moldura para que a comoção se propague e uma nova interpretação sobre o caso se fixe. Pensando nos termos de Judith Butler, me parece que essa expressão é uma forma de afirmar a *precariedade* como um elemento fundamental de toda a vida humana. Ou seja, reconhecer que a vulnerabilidade à qual Verônica está sujeita é a mesma à qual poderíamos estar sujeitos - e que negar a ela a proteção da qual gozamos é uma injustiça que precisa ser corrigida. A apreensão do sofrimento e do valor da vida do outro desperta um novo compromisso afetivo e ético. Nas palavras de Butler, estamos falando em reconhecer a precariedade compartilhada como caminho para problematizar uma condição precária desigualmente distribuída e politicamente induzida:

A política precisa compreender a precariedade como uma condição compartilhada, e a condição precária como a condição politicamente induzida que negaria uma igual exposição através da distribuição radicalmente desigual de riqueza e das maneiras diferenciais de expor determinadas populações, conceitualizadas de um ponto de vista racial e nacional, a uma maior violência. O reconhecimento da precariedade compartilhada induz fortes compromissos normativos de igualdade e convida a uma universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo e demais condições de sobrevivência e prosperidade. (BUTLER, 2015, p. 50)

Em relação ao caso de Verônica, podemos pensar que essas populações não são definidas apenas em termos de raça e nacionalidade - como sugere Butler no contexto da Guerra do Iraque. Na mobilização em foco, os marcadores mais frequentemente destacados são, além de raça (negra, preta), gênero (travesti, mulher) e classe (pobre, trabalhadora). Em um post no blog Os Entendidos, Fernanda Dantas Vieira mobiliza o conceito de *abjeção*, desenvolvido também por Judith Butler, para falar sobre o lugar do gênero no tipo de violência sofrido por Verônica:

Nenhum ser humano, independente de qual crime tenha cometido, deve ser submetido aquele tipo de tratamento. Nenhum. Tortura é crime. Qual o sentido de fotografar e expor um ato criminoso desse nas redes? Na maior parte dos casos de violência policial, os envolvidos não fotografam, não exibem e nem compartilham provas da violência como troféu, o que, então, faz com que essa violência seja espetacularizada? Exibida? Ora, a resposta é simples: trata-se de uma travesti, vista como corpo abjeto, que pode ser mostrado, revirado, mexido, tocado, torturado e experimentado³.

Entre as diversas postagens, a ênfase em um desses marcadores varia significativamente - em geral em articulação com a orientação política do autor ou do coletivo responsável pelo texto: coletivos de mulheres negras enfatizam gênero (feminino) e raça, coletivos de travestis enfatizam a identidade trans, coletivos ligados à questão dos direitos da população carcerária enfatizam a violência policial, etc. Um bom exemplo é a publicação do *Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro*, intitulada “Verônica não é louca: o crime dela é ser uma de nós”. Ao final do texto, que descreve a violência sofrida pela travesti, elas afirmam:

A louca não é louca
É travesti
É gênero feminino
É negra
É trabalhadora
É misoginia, transfobia e racismo
É problema nosso também!⁴

³ Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/20/veronica-bolina-e-dona-laura-nada-justifica-agressoes-de-policiais/>

⁴ Disponível em: <https://anamontenegrodotorg.wordpress.com/2015/04/14/somos-todas-veronica/>

É interessante analisar, neste sentido, o recurso generalizado ao feminino universal na expressão “somos todas Verônica”. Em nenhum momento foi utilizada a variação “somos todos Verônica”, mesmo considerando que muitos homens terem escrito e compartilhado postagens e utilizado a *hashtag*. Parece haver, em certo sentido, a necessidade de afirmar a feminilidade da própria Verônica - que ficaria ambígua com a utilização do masculino. Além disso, em se tratando de denunciar uma modalidade de violência de gênero (a transfobia) perpetrada por homens contra uma mulher, o sujeito político da reivindicação ganha mais força se afirmando como feminino, mesmo que englobe também pessoas do sexo masculino.

Por fim, vale a pena refletir sobre o que fica “de fora” deste enquadramento. Sobre o que ele não fala, ou o que evita falar? Podemos pensar, nesta direção, sobre o estatuto da vítima como figura central para a reivindicação de direitos na cena contemporânea (SARTI, 2011). A escolha de Verônica como uma espécie de caso exemplar para falar sobre a violência policial contra travestis é eficaz em grande parte pela força das imagens que evidenciam a brutalidade da violência da qual foi vítima. O foco recai então quase exclusivamente sobre a violência inscrita no corpo de Verônica pela polícia, deixando fora do enquadramento outros elementos da trama - como o conflito que levou Verônica à prisão, os desentendimentos com os outros presos na carceragem e a mutilação sofrida pelo agente penitenciário.

Se a mobilização em torno do caso foi construída em grande parte transformando Verônica em uma espécie de mártir, em um símbolo de resistência, os críticos do movimento atacariam justamente essa mesma figura - questionando seu estatuto de vítima. O discurso reativo procurava dizer algo como: “se Verônica não é tão vítima assim, talvez a polícia não esteja tão errada assim”. Nem tanto a orelha arrancada do carcereiro (que não seria tão facilmente elevado a vítima), mas sobretudo os graves ferimentos sofridos pela vizinha idosa de Verônica foram mobilizados então para desqualificar as demandas pela garantia dos direitos da travesti presa. As fotos da senhora internada no hospital foram então amplamente divulgadas, bem como entrevistas apresentando sua visão sobre o ocorrido.

No dia 16 de abril, a página do Facebook *Faca na Caveira*, célebre por apoiar incondicionalmente a ação da polícia paulista (o *slogan* da página é “aqui vagabundo não tem vez”), publicou um depoimento-manifesto escrito pelo delegado da polícia civil Fernando Santiago. O texto, compartilhado por mais de 10 mil pessoas, era intitulado “Não somos Verônica: a verdade precisa ser dita”. Depois de apresentar sua visão dos fatos e desqualificar

a mobilização e torno da travesti (que ele insiste em chamar pelo seu nome de registro, Charleston), o delegado afirmou:

Eu já me acostumei com a total falta de apoio e da inversão de valores que os policiais sofrem neste país, motivo pelo qual, não me surpreendeu muito o total abandono do policial que perdeu a orelha. O que me surpreendeu neste caso foi que, além do policial, ninguém se preocupou em saber o estado de saúde de uma idosa de 73 anos, que poderia ser mãe ou avó de muitos dos que estão lendo este texto.

Isso tudo só demonstra o quanto nossa sociedade está doente e influenciada por movimentos preocupados em defender apenas membros de minorias, sejam qual for a situação em que eles se encontrem, estando eles certos ou não, sejam eles criminosos ou não. Estes movimentos não defendem todos os humanos, mas apenas alguns humanos: os que pertencem a grupos vulneráveis e taxados oprimidos. Então, porque usar a nomenclatura "direitos humanos"? [...]

O criminoso Charleston, deu lugar à vítima Verônica. Numa absurda inversão de valores, deixam de se preocupar com as ações que Charleston praticou e passam a se preocupar com as ações que Verônicas sofreu. [...] A ação praticada pelo agente não interessa mais, mas sim se este possui certas características pessoais como ser negro, homossexual, favelado e a maior delas: NÃO SER POLICIAL, pois nesse caso, a presunção é invertida e envereda sempre para a culpa.

A Polícia não é contra gays e transexuais. A Polícia é contra criminosos. Eu não sou contra gays e transexuais. Apenas sou a favor de gays e transexuais corretos.

Esse tipo de formulação, que fala em “Direitos Humanos apenas para humanos direitos” é particularmente popular entre os setores mais conservadores da sociedade brasileira e é frequentemente mobilizada para defender a atuação da polícia. Não surpreendentemente, a publicação trazia apenas duas imagens, mostrando o carcereiro ferido e a sua orelha decepada. Esse tipo de reação exigiu uma contra-argumentação por parte daqueles que defendiam a causa de Verônica. Amanda Palha, responsável pela página *Travesti Reflexiva* no facebook (com quase 200 mil seguidores) elaborou uma das respostas mais consistentes:

"Somos Todas Veronica" não significou, em momento algum, que compactuamos com qualquer agressão cometida pela mesma, o destaque dessa campanha foi sintetizado na maneira desumana que ela, enquanto travesti negra, foi tratada durante e após uma abordagem policial. Não é papel dos agentes do Estado o ato de desfigurar, espancar e agredir as pessoas que são apreendidas. O fato disso ter ocorrido com ela não é natural ou coincidência, esse processo violento que determina qual vida tem valor foi estabelecido em uma sociedade hierarquizada. Quando dizemos que também somos Veronica, não estamos querendo omitir o que precedeu a sua ida ao presídio ou ignorar que ela deve responder pelo que havia feito, mas sim expor que, com a autorização do senso comum, alguns corpos podem ser maltratados e outros não.

Suzane Von Richthofen, Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni, o ex-goleiro Bruno Fernandes, Lindemberg Alves, Thiago Henrique Gomes da Rocha, etc.

Para além do que cometeram e do que chocaram, todos eles possuem algo em comum: nas fotos em que estavam algemados ao lado da polícia, encontravam-se

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

vestidos, sem hematomas, em pé, não desfigurados, visivelmente saudáveis e, o mais incrível de tudo, protegidos.

Essa não é uma chamada por direitos humanos, essa é uma disputa muito mais profunda de humanidade.

Dessa maneira, Amanda Palha coloca novamente a questão nos termos da distribuição desigual de proteção no interior de uma sociedade hierarquizada. A garantia da sua integridade física é colocada, então, como “uma disputa muito mais profunda de humanidade”. A sua engenhosa comparação com presos célebres que não sofreram violência policial foi transformada em uma montagem e amplamente compartilhada nas redes sociais (imagem 6).



Imagem 6: Montagem compartilhada no facebook comparando Verônica com presos célebres que não sofreram violência policial

Tendo apresentado em linhas gerais esses enquadramentos contrastantes e os principais debates que suscitaram, passo agora a uma breve reflexão sobre a agência dos atores diretamente envolvidos no caso de Verônica - e o impacto que essa mobilização teve sobre eles.

4. Agenciamentos

Uma das dimensões mais desafiadoras do aparato conceitual desenvolvido por Butler em *Frames of War* é justamente a questão da agência. Trata-se, por um lado, de uma questão fundamental (já que um dos objetivos da obra é refletir sobre possibilidades de ação política contra a guerra) e de um dos pontos mais elusivos (ou escorregadios) no pensamento da autora. A teoria é bastante poderosa para pensar a possibilidade de desconstruir enquadramentos hegemônicos e produzir novas perspectivas sobre essas questões, mobilizando outros afetos éticos e políticos. A complexidade de sua concepção de sujeito (tanto de indivíduo quanto de atores coletivos), no entanto, dificulta o exercício de análise de processos concretos de mobilização e transformação.

Afinal de contas, quais foram os efeitos políticos dos enquadramentos produzidos no caso de Verônica? A mobilização foi sem dúvida eficaz no sentido de colocar em debate na esfera pública a questão da violência policial perpetrada contra travestis e transexuais. Ela foi eficaz também para “enquadrar” a polícia, que ficou em uma posição fundamentalmente defensiva diante do caso. Mas que consequências teve para aqueles mais diretamente envolvidos no caso? Para Verônica, para os policiais e agentes do 2º DP, para os advogados e autoridades responsáveis por atuar nesse contexto? Nesse sentido, a resposta é mais ambivalente.

O destino do processo de Verônica foi, para a maior parte dos ativistas e dos defensores mobilizados para defendê-la, decepcionante. De forma sucinta, poderíamos dizer que Verônica se recusou abertamente a ocupar o papel de vítima, de se tornar um signo de resistência para o movimento LGBT. Em uma gravação divulgada para as autoridades, para os movimentos sociais e para a imprensa, ela disse literalmente: “não quero ser usada para fins políticos” e “tudo que eu quero é ter a minha vida de volta”. Em relação à violência policial, ela afirma:

Todo mundo está achando que eu fui torturada pela polícia, mas eu não fui. Eu simplesmente agi de uma maneira que eu achava que estava possuída, agredi os policiais, eles só agiram com o trabalho deles. Não teve agressão de tortura. Cada ação tem uma reação, eu agredi e fui agredida. Eles tiveram que usar das leis deles para me conter, então não teve de nenhuma forma tortura. Eu só fui contida, não fui torturada.

A gravação foi realizada e divulgada pela Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, Heloísa Alves. Em suas declarações, a Coordenadora condena enfaticamente o que ela chama de “uso político” de Verônica. A impressionante consonância entre a gravação de Verônica e o posicionamento público de

Heloísa Alves levantaram suspeitas sobre a autonomia da fala da travesti. Para muitos, a entonação de sua voz sugere um texto decorado e declamado sob grande pressão, se não por meio de ameaças. A explicação religiosa para a sua agressividade também criava ruídos incômodos para a narrativa de resistência. Diversas matérias, inclusive em meios de comunicação mais hegemônicos, sugerem que seu depoimento é resultado de um acordo com a Coordenadora. A matéria “Travesti espancada diz que mudou depoimento para reduzir pena”, publicada pelo jornal A Folha de São Paulo no dia 18 de abril, afirma:

A travesti Verônica Bolina (nome social), 25, que ficou desfigurada após ser espancada na carceragem do 2o DP (Bom Retiro), disse em depoimento ao Ministério Público ter aceitado gravar declarações afirmando que foi agredida por presos, e não por policiais, em troca de redução de pena.

O relato, diferente da versão da travesti à Polícia Civil, foi feito a promotores do Gecep (grupo do Ministério Público que investiga a atividade policial).

Como podemos pensar essa recusa de Verônica em se transformar em ícone de uma luta política? Trata-se simplesmente de uma derrota de forças progressistas, ou de uma espécie de silenciamento? A visibilidade do seu caso a protegeu ou colocou sua vida ainda mais em risco - uma vez que estando presa ela estava diretamente sujeita à pressão das forças policiais, ressentidas como a repercussão negativa do caso? Como podemos pensar em margens para a agência diante de relações de poder tão assimétricas (entre a polícia como corporação e uma travesti negra presa)?

Para concluir, devo oferecer antes uma provocação do que uma resposta. Tendo em mente a análise proposta por Veena Das (2007) acerca das trajetórias de mulheres indianas sujeitas à situações de violência e desigualdade extrema, proponho levarmos em consideração o poder do tempo e do silêncio. Será que a declaração eximindo a responsabilidade dos policiais tem de fato o efeito de desmobilização? Ao negar depor contra seus perpetradores e recusar o lugar de vítima, ela está necessariamente deslegitimando as demandas daqueles que dizem “somos todas Verônica”? Sua atitude não mantém uma margem de atuação política, tornando visíveis as formas como o poder silencia? Ao se deixar enquadrar, Verônica não nos permite também enquadrar seus enquadradores? Ela não ganhou, dessa forma, tempo para seguir sua luta sem bater de frente com estruturas de poder demasiado truculentas?

Apenas o desenvolvimento dessas disputas através do tempo poderá revelar o efeito mais duradouro dessas estratégias, sejam elas brados indignados ou tramas sutis e silenciosas.

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

Bibliografia

BUTLER, Judit. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent to ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**. 2011, vol.24, n.61